



# POLÍTICAS EDUCACIONAIS EM TEMPOS DE PANDEMIA: OS DESAFIOS DE REPENSAR A DINÂMICA DA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO ESCOLAR NO BRASIL

## EDUCATIONAL POLICIES DURING PANDEMIC TIMES: THE CHALLENGES OF RETHINKING THE SCHOLAR KNOWLEDGE DYNAMICS'S CONSTRUCTION IN BRAZIL

Francisca Rejane Bezerra Andrade **1**

**Resumo:** As implicações da pandemia da Covid-19 no universo educacional brasileiro foram imediatas e ampliam as desigualdades e a exclusão social. Portanto, torna-se imprescindível refletir sobre a realidade do sistema de ensino no país. Nesta perspectiva, o presente artigo objetiva contribuir, sobretudo, com as reflexões em torno dos desafios que gestores, professores e demais profissionais da educação enfrentam para atenuar as barreiras de acesso ao ensino público, repensar a dinâmica da construção do conhecimento e combater a evasão e o abandono escolar de crianças e adolescentes provenientes, em sua maioria, de famílias em situação de risco e vulnerabilidade social. Em suma, enfatiza-se que é imprescindível uma atuação ampla, ordenada e qualificada do Estado, em parceria com as organizações da sociedade civil, diante dos problemas e das dificuldades vivenciadas pelos estudantes na atualidade.

**Palavras-chave:** Educação. Covid-19. Pobreza. Desigualdades.

**Abstract:** The implications of the Covid-19 pandemic were immediate in the Brazilian educational universe and raised inequalities and social exclusion. Therefore, it is essential to discuss about the country's educational system. In this perspective, this paper has the objective to contribute, above all, with reflections regarding challenges that managers, teachers and other education professionals have to face to lighten the barriers of accessing public education, rethinking the knowledge construction's dynamic and fighting the evasion and dropping-out of school of children and teenagers who majorly come from families in risk situation and social vulnerability. In conclusion, it is emphasized that a wide, ordered and qualified actuation of the government is essential, with the support of the civilian society's organizations, in face of the problems and difficulties that the students experience nowadays.

**Keywords:** Education. Covid-19. Poverty. Inequalities.

## Introdução – premissas a serem consideradas

Em termos globais, o liberalismo tornou-se progressivamente a ideologia de legitimação do capitalismo multinacional. Tal projeto constrói o futuro baseado na ciência, na tecnologia e na educação como setores-chave que ampliarão, a longo prazo, a vantagem competitiva nacional na economia global.

E a educação, sob os princípios do neoliberalismo, tem sido discursivamente reorganizada de acordo com a lógica do mercado, ou seja, como uma mercadoria. Diante desta lógica, as pessoas são levadas a se envolver em novas tarefas definidas por novas práticas discursivas, tanto em termos de atividades quanto de relações.

Pode-se exemplificar o impacto de tais princípios na educação brasileira por meio da análise de Costa, Vidal e Vieira (2019) ao tratarem da reforma do estado e da nova racionalidade imposta nas políticas educacionais.

O modelo de reforma do estado – como principal ação para vencer a crise financeira mundial – chega à América Latina na década de 1980 e obedece à tendência adotada na América do Norte e em diversos países da Europa. No Brasil, a nova dinâmica imposta para a ação pública efetiva na política educacional dois processos. O primeiro – a partir da descentralização, da arquitetura federalista do país e da Constituição Federal de 1998 – adota o modelo de acordos pactuais e transferências de responsabilidades entre os entes federados, passando a União de um papel central de provedora para a execução de ações mais específicas e restritivas no campo educacional. O segundo, baseado no controle de resultados, instaura uma nova racionalidade às políticas educacionais, o que na década de 1990 se confirmou com a ampla adesão das avaliações em larga escala, aprofundando o interesse na performatividade dos sujeitos envolvidos nesses processos a partir da adesão dos indicadores de performance.

À medida que essas reformas são efetivadas, tornam-se pontos de inflexão, alterando a natureza, o alcance e as finalidades da educação. Programas de governos são empreendidos por descentralizações político-administrativas que repercutem nas relações intergovernamentais, não só pelos impactos financeiros, mas também pela introdução das avaliações no centro dos processos de decisões (COSTA; VIDAL; VIEIRA, 2019, p. 3).

Em síntese, o Estado sanciona reformas na administração educacional que envolvem a transferência de responsabilidades, as avaliações em larga escala para os alunos e a publicação dos resultados das avaliações de cada escola. E, por conseguinte, as escolas são encorajadas a competir entre si e a se autopromoverem para atraírem mais alunos com o perfil desejado, e assim obterem melhores resultados nas avaliações subsequentes.

O estímulo à competitividade imposto por essa nova dinâmica gerencial contribui para que os conhecimentos adquiridos não sejam socializados. Portanto, a posse de conhecimentos individuais implica em sua não posse pelos demais envolvidos, uma vez que a escola dispensa mais atenção ao rendimento diferencial. O êxito pessoal é, por sua vez, o fracasso dos demais participantes do processo avaliativo. (ENGUITA, 1993)

Coadunando com as análises aqui empreendidas, Enguita (1993) pondera:

[...] a escola, longe de fomentar a cooperação, fomenta a competição destrutiva (raramente uma emulação construtiva) entre seus membros. [...] na escola, as crianças aprendem que

há coisas que “devem” fazer sozinhas, começam a fazê-las sozinhas e são levadas a aceitar a responsabilidade individual por seu trabalho. O estímulo ao trabalho individual faz com que os conhecimentos adquiridos sejam considerados como uma propriedade privada, contável e acumulável. [...]. A individualização da aprendizagem, da realização de provas, exames e testes, das notas, da seleção, são partes importantes deste processo. Assim se prepara, desde a escola, a futura atomização dos trabalhadores como possuidores individuais de força de trabalho no mercado e como elementos competidores na produção (ENGUIA, 1993, p. 236).

Logo, a narrativa neoliberal não vislumbra a igualdade de oportunidades e a justiça social, pois o seu foco está na excelência, no desempenho, na qualidade, na inovação e na competitividade. Tal perspectiva não objetiva a dissolução dos privilégios, ao contrário, ela os potencializa e favorece que haja a hierarquização ao invés da igualdade entre os sujeitos sociais. E como resultado, essa narrativa não permite a indicação de propostas educacionais que possam vir a melhorar o nível de participação, de decisão e do bem-estar da população em geral, travando o desenvolvimento de uma sociedade democrática. Corroborando com o exposto, Schwarcz (2019) infere que:

[...] as políticas educacionais continuam a funcionar como um importante gatilho de reprodução das desigualdades. [...]

Essa forma de desigualdade social, expressa a partir da formação escolar irregular, se aguça quando interseccionada com a dependência de renda de uma pessoa adulta com baixo nível de escolarização (SCHWARCZ, 2019, p. 149).

A autora prossegue com o seu raciocínio afirmando que: “Apenas o combate intenso e efetivo às desigualdades estruturais do Brasil terá a capacidade de criar uma sociedade mais justa e uma democracia mais estável. E esse tipo de desigualdade acaba por deteriorar a malha social e vilipêndia nossas instituições republicanas”. (Idem, p. 150)

Direcionando o olhar para os efeitos decorrentes da Covid-19 desde janeiro de 2020, quando a Organização Mundial de Saúde (OMS) declara que o surto deste novo coronavírus representa uma emergência de saúde pública de importância internacional, caracterizando-o como uma pandemia em março de 2020, e confrontando com as análises realizadas até o momento, identifica-se elementos suficientes para afirmar que a concentração abusiva da riqueza sob o domínio de poucos, fruto das relações de exploração econômica em níveis internacionais e nacionais, corrobora para a ampliação das desigualdades.

O Brasil, por sua vez, é considerado um dos países mais desiguais do mundo e a pandemia do novo coronavírus ampliou a concentração de renda e as desigualdades. Segundo o relatório da Oxfam, publicado em janeiro de 2022: “Os dez homens mais ricos do mundo dobraram suas fortunas, enquanto mais de 160 milhões de pessoas foram empurradas para a pobreza.” (OXFAM, 2022, p. 6). Esta cruel realidade resulta, portanto, da exploração e do empobrecimento de um enorme contingente de trabalhadores.

O estudo realizado pelo Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde (NOIS) da PUC do Rio de Janeiro (GRAGNANI, 2022), ao analisar a variação da taxa de letalidade da Covid-19 de acordo com variáveis demográficas e socioeconômicas da população brasileira, tendo por referência de análise 30 mil casos de notificações da Covid-19 até o dia 18 de março de 2020, que foram disponibilizados pelo Ministério da Saúde, também apresenta importantes ponderações sobre a ampliação das desigualdades no país durante a pandemia.

O estudo em pauta revelou, por exemplo, que a população preta e parda brasileira morreu mais por Covid-19 que a população branca. Em termos percentuais concluiu-se que: “[...] quase 55% de pretos e pardos morreram, enquanto, entre pessoas brancas, esse valor ficou em 38%. A porcentagem foi maior entre pessoas negras do que entre brancas em todas as faixas etárias e

também comparando todos os níveis de escolaridade” (GRAGNANI, 2022, n.p.).

Os pesquisadores do NOIS atestaram ainda que:

[...] quanto maior a escolaridade, menor a letalidade da COVID-19 nos pacientes. Pessoas sem escolaridade tiveram taxas três vezes superiores (71,3%) às pessoas com nível superior (22,5%).

Cruzando escolaridade com raça, então, a coisa piora: pretos e pardos sem escolaridade tiveram 80,35% de taxas de morte, contra 19,65% dos brancos com nível superior (GRAGNANI, 2022, n.p.).

Pesquisas realizadas nas mais diversas áreas do conhecimento evidenciam a brutal desigualdade que afeta a população negra no Brasil. A existência dos negros e negras se constrói em meio à complexidade cotidiana de vulnerabilidade social e do racismo. Sobre essa problemática, Schwarcz enfatiza que: “Todos esses dados apenas provam a existência consentida de práticas sociais de exclusão, as quais, aliás, têm se revelado particularmente perniciosas quando se valem de uma certa ‘naturalização’ no cotidiano” (SCHWARCZ, 2019, p. 149).

Considerando ainda os resultados da pesquisa do NOIS, a pesquisadora Paula Maçaira infere que: “A desigualdade social tem impacto direto nos óbitos entre os mais pobres e com menor escolaridade”. E confirma que: “Quanto mais desfavorável a situação do paciente, mais chances ele tem de falecer” (GRAGNANI, 2022, n.p.).

Vecina Neto e Góes, que também compõem a equipe de pesquisadores do NOIS, trazem importantes reflexões sobre o tema. Para Vecina Neto, o fato da Covid-19 matar mais pobres e negros tem relação direta com a pobreza, pois: “É um fenômeno mundial. Esse vírus mata mais pobres e negros - não porque são negros, mas porque são pobres” (GRAGNANI, 2022, n.p.).

Ademais, Góes e Vecina Neto apontam alguns fatores que podem favorecer o aumento das taxas de mortalidade entre a população negra e pobre no Brasil e no mundo, a saber: a) *O acesso a serviços de saúde*, pois segundo Góes: “Pessoas negras em geral estão nas regiões mais marginalizadas, mais periféricas e esses lugares em geral são lugares que têm baixa oferta de serviço de saúde”. (GRAGNANI, 2022, n.p.); b) *As condições de vida da população*. Para Vecina Neto, a propagação da doença é facilitada por haver um número maior de pessoas por metro quadrado, visto que: “pessoas pobres moram em lugares piores, com pior acesso às condições de moradia mais decente”. (GRAGNANI, 2022, n.p.); c) *A falta de acesso a saneamento básico*, visto que na perspectiva de Góes: “No caso do Brasil, principalmente em São Paulo, a periferia não tem oferta de saneamento semelhante às zonas residenciais com distribuição de renda maior” (GRAGNANI, 2022, n.p.); d) *A fome ou necessidade de trabalhar*. Vecina Neto ressalta que: “Quem mora na periferia em grande medida faz parte do mercado de trabalho informal, portanto ganha o dinheiro do dia para comer a comida do dia. Se o sujeito não sair todo dia para ganhar alguma coisa para levar dinheiro para casa, vai ter fome na casa dele”. (GRAGNANI, 2022, n.p.). Por sua vez, Góes destaca que: “Essas pessoas negras e pobres são as pessoas inseridas mais informalmente no mercado de trabalho, e que estão no *front* na área de saúde, enfermagem, serviços gerais, do trabalho doméstico” (GRAGNANI, 2022, n.p.); e) *A dificuldade de acesso a uma boa alimentação associados a comorbidades*, pois segundo os pesquisadores: “uma população mais pobre tem menos acesso a boa alimentação e consome mais alimentos industrializados. [...] Isso leva a mais um fator [...]: a prevalência de comorbidades, como hipertensão e diabetes”. E, segundo Góes e Vecina Neto, essas comorbidades contribuem para a mortalidade por Covid-19 e estão mais presentes na população negra e pobre: “não por uma questão hereditária, mas porque ela está mais exposta a situações precárias” (GRAGNANI, 2022, n.p.).

Constata-se, portanto, que o racismo estrutural e o racismo institucional contribuem para que a população negra brasileira seja atingida letalmente pela pandemia da Covid-19, posto que o contexto no Brasil provoca, como ponderam Madeira e Medeiros (2018):

[...] o acesso desigual a direitos e fomenta-se, ainda mais, a naturalização do racismo e o silenciamento das desigualdades advindas do racismo e das práticas discriminatórias, eixos estruturantes da maneira como a sociedade brasileira se organiza para produzir e se reproduzir. [...] Além dos condicionantes da atual conjuntura, é preciso entender que o País falha, historicamente, na disposição de garantir direitos à população negra (MADEIRA; MEDEIROS, 2018, p. 227).

Diante do exposto, compreende-se que as implicações da pandemia da Covid-19 no universo educacional brasileiro foram imediatas e ampliaram ainda mais as desigualdades e a exclusão educacional de crianças, jovens e adultos pobres e, particularmente, aqueles de raça negra. Portanto, é imprescindível refletir sobre os desafios do sistema de ensino público brasileiro diante de tais evidências. Tenciona-se, na sequência, contribuir para este debate.

## **Pandemia da Covid-19 e os desafios de repensar a dinâmica da construção do conhecimento escolar no Brasil**

Os desafios colocados para o campo educacional são diversos, especialmente quando se considera o impacto da pandemia da Covid-19 na vida escolar e no processo de aprendizagem dos estudantes, que permaneceram sem aula por um longo período até que as instituições de ensino organizassem a oferta de aulas remotas. Portanto, o mundo da educação vivenciou, ainda que anestesiado diante da nova realidade mundial, o desafio de repensar a dinâmica da construção do conhecimento escolar fora da sala de aula.

Estes desafios foram ampliados no Brasil pois, segundo Neri e Osorio (2021), o Ministério da Educação não compreendeu a educação como uma área prioritária em suas ações no início da pandemia. Ademais, os autores inferem que:

[...] não houve um esforço de difusão de metodologias e ações locais e internacionais bem-sucedidas de ensino à distância, nem a execução de políticas de mitigação orquestradas entre as diferentes esferas de governo. Uma das principais barreiras ao ensino remoto de qualidade é a conectividade. Estimativas feitas por pesquisadores do IPEA apontam que, em 2018, cerca de 16% dos alunos de Ensino Fundamental (aproximadamente 4,35 milhões de alunos) e 10% dos alunos de Ensino Médio (até 780 mil pessoas) não tinham acesso à internet no país, e quase a totalidade desses alunos digitalmente excluídos estudavam na rede pública de ensino. [...]

No Brasil, embora os estados tenham adotado alguma plataforma digital via internet para oferecer atividades escolares durante o período de isolamento social, somente 11 mobilizaram também a televisão, o que ilustra as poucas ações implementadas para superar a barreira do acesso desigual à internet no país (NERI; OSORIO, 2021, p. 29).

É necessário considerar, conjuntamente, que a educação nunca foi um direito para todos que vivem no Brasil. Ainda se presencia o analfabetismo e a evasão escolar, apesar dos avanços recentes. E segundo o ponto de vista de Schwarcz: “[...] o panorama educacional brasileiro mostra-se ainda insatisfatório, tanto em termos quantitativos como qualitativos; as populações mais vulneráveis (em termos de região, geração, gênero e raça) sofrem mais com o analfabetismo e com uma educação mais precária” (SCHWARCZ, 2019, p. 149).

Arrisca-se afirmar, sob uma perspectiva teórica, que a inoperância do Estado e de seus agentes pode ser considerada a causa eficiente que limita o desenvolvimento de uma educação

de qualidade com equidade e, por outro lado, se tornou a solução para a produção da pobreza em distinta escala no país.

No que concerne a oferta do ensino remoto emergencial (ERE), observa-se que os desafios não se limitam ao acesso às aulas por parte de alunos e professores de uma dada instituição, como ressaltam Amaral e Polydoro (2020):

Dentre outros desafios vividos por professores e estudantes, Crawford *et al.* (2020) enumeram a [...] falta de domínio de recursos e competências digitais para projetar ou aprender no ensino digital. A garantia de uma infraestrutura de rede confiável é um dos elementos principais para o ERE, a fim de garantir participação nos momentos síncronos, usar recursos em tempo real, assistir a vídeos, baixar materiais, fazer upload, trabalhar com colegas [...] (HUANG *et al.*, 2020). Além disso, alguns cuidados também deveriam ser considerados para que os estudantes pudessem gerenciar de forma mais autônoma sua aprendizagem, sem contato presencial com colegas e equipe acadêmica (SANDARS *et al.*, 2020). Em acréscimo, Meyer (2014) alerta que o estudante pode não dispor de tempo suficiente para as atividades, não ter experiência prévia com a aprendizagem online e não saber como agir, ter dificuldade em autorregular seu próprio comportamento, ser menos disposto a metodologia ativa ou preferir abordagens face a face (AMARAL; POLYDORO, 2020, p. 55/56).

Outrossim, evidencia-se que o acesso domiciliar à internet se tornou um dos grandes desafios enfrentados por estudantes que precisam participar das aulas remotas em consequência da pandemia da Covid-19 no Brasil. Sobre o tema, o estudo realizado por Nascimento *et al* (2020) revelam que:

[...] uma parcela considerável dos estudantes brasileiros de instituições públicas de ensino não possui as condições necessárias para acompanhar as atividades de ensino remoto propostas durante o período de isolamento social que ocorre durante a pandemia da Covid-19. Uma parte destes alunos não pode participar das atividades por não terem acesso aos equipamentos necessários para a transmissão de dados. Outros não tem acesso a mecanismos de transmissão, como a internet e ao sinal de TV digital. [...]

[...] A dificuldade em estudar durante o período da pandemia pode ser uma fonte de ampliação da desigualdade no futuro. Estudantes que não puderam estudar durante esse período estariam em desvantagem em relação aqueles que puderam ter acesso ao ensino remoto. As consequências negativas do afastamento [...] podem ser ampliadas uma vez que, os estudantes mais afetados são aqueles que já se encontram em desvantagens de oportunidades por conta de condições econômicas e sociais piores do que as de alunos com acesso ao ensino remoto (NASCIMENTO *et al*, 2020, p. 16).

Nascimento corrobora com o entendimento de que se trabalha, em termos educacionais, com realidades socioeconômicas demasiadamente diferenciadas no país. Ademais, é pertinente destacar que os efeitos dos planos de ajuste e as políticas neoliberais globais, implementados desde os anos de 1990, geraram novas formas de exclusão. Ampliando o olhar sobre essa realidade, Cavaignac e Sousa acrescentam que:



Associados às transformações na esfera produtiva e no mundo do trabalho, os ajustes políticos neoliberais aumentam a instabilidade e a insegurança sociais, alterando também as formas de sociabilidade, marcadas cada vez mais por pragmatismo, competitividade e individualismo. Na medida em que são destituídas tanto do trabalho como meio de sobrevivência, como da proteção social do Estado, as pessoas são levadas a viver na condição do “salve-se quem puder!” [...] (CAVAIGNAC; SOUSA, 2016, pp. 167-68).

A ideologia neoliberal e sua proposta de redução dos governos ao mínimo possível corroeram o frágil sentimento de coesão dos cidadãos brasileiros em torno das instituições de seu Estado-nação, favorecendo com que as leis de mercado atuem com total liberdade no país. Essa dinâmica global proporciona o aumento da concentração da riqueza e da desigualdade, reproduzindo novas formas de exclusão. Nesta perspectiva, Díaz (2007) traz uma relevante análise sobre o fenômeno da desigualdade ao apontar que:

[...] a desigualdade é concebida como um fenômeno de caráter multidimensional em que intervêm fatores de tipo econômico, político, social e cultural. Mais ainda, a desigualdade é uma situação que foi se construindo e reproduzindo no campo das interações sociais, estabelecendo múltiplas diferenças tanto individuais como coletivas em todos os âmbitos da vida humana.

A desigualdade tem facetas distintas. Fala-se da *desigualdade econômica* como aquela situação caracterizada pela diferença de rendas e capacidade de consumo entre indivíduos, regiões e nações. Também se faz referência à *desigualdade política*, entendida como a diferença com que se exercem os direitos políticos e tem-se acesso ao poder político. Finalmente, se fala da *desigualdade sociocultural*, entendida como a diferença entre grupos populacionais por etnia, gênero, ideologia, capital cultural e *status* social. Cada uma dessas formas de desigualdade encontra-se inter-relacionada, tornando mais complexo o fenômeno, especialmente se considerando sua *reprodução* (DÍAZ, 2007, p. 129 – grifos do autor).

Afinal, a desigualdade advém de uma humanidade dividida em classes, uma classe que explora e domina a outra, o que favorece o processo de concentração e centralização do capital nas mãos de poucos. Consequentemente, as conquistas científicas e tecnológicos mundiais não trazem consigo a prosperidade para todos, visto que, segundo Cattani (2007):

[...] O neoliberalismo obteve uma estrondosa vitória ao reforçar a percepção de que a desigualdade é de origem meritocrática: cada indivíduo é remunerado na exata proporção de sua contribuição ao produto social; cada indivíduo está na posição social que corresponde ao seu desempenho [...] (CATTANI, 2007, p. 231).

E é essa percepção que demarca o papel da educação na sociedade contemporânea, visto que a mesma oferece uma série de papéis pré-determinados e padronizados que podem ser assumidos pelos indivíduos, sempre dentro de uma gama limitada de possibilidades. Há pouco espaço para considerar as manifestações da personalidade e as demandas surgidas do próprio desenvolvimento do indivíduo como ser social.

A pandemia da Covid-19 expõe as expressões da pobreza e da desigualdade, construídas socialmente, que se desenvolvem e se consolidam através de processos, agentes e estruturas que lhes dão um formato histórico concreto. Além disso, os altos níveis de pobreza e desigualdade condicionam o desenvolvimento e os resultados da política educacional, particularmente em situações de isolamento social diante de um contexto pandêmico global como o vivenciado na atualidade. E o estudo realizado por Neri e Osório (2021) corrobora com este entendimento ao constatar que o ensino remoto durante a pandemia tem sido bastante prejudicial para os alunos mais pobres, uma vez que:

[...] são significativamente mais afetados pela falta de oferta de atividades escolares que os alunos ricos. Apenas 2,1% dos alunos mais ricos entre 6 a 15 não receberam qualquer atividade em setembro (além de outros 0,5% que não receberam por ainda estar de férias), enquanto 23,1% dos alunos de Classe E estiveram excluídos das atividades escolares (e outros 0,4% ainda estavam de férias). Esse problema de oferta educacional é provavelmente mais danoso para a educação remota dos alunos mais pobres do que problemas de demanda educacional por parte desses alunos, [...]. Isso não significa negar que alunos mais pobres se envolveram menos com a educação remota, mas apenas ressaltar que a oferta educacional é bastante desigual entre as faixas de renda [...] (NERI; OSORIO, 2021, p. 36).

Os pesquisadores prosseguem com as análises dos achados de sua pesquisa e, em linhas gerais, sinalizam:

Em suma, os dados parecem mostrar que quanto mais pobre é o indivíduo, menos ele/ela frequenta a escola, menor foi a quantidade de exercícios que ele/ela recebeu da escola e, para piorar, menos ele/ela se dedicou a esses exercícios recebidos. Consequentemente, menor foi o indicador de tempo para escola estimado. É esperado, portanto, que o gap de desempenho educacional entre ricos e pobres também aumente durante a pandemia (NERI; OSORIO, 2021, p. 37).

[...]

Conclui-se, que os mais pobres, os alunos da rede pública, aqueles em lugares mais remotos e os mais jovens foram os que mais perderam na pandemia, enquanto os adolescentes, de maior renda, os alunos da rede privada em lugares mais conectados digitalmente não perderam tanto (IDEM, p. 43).

Explicita-se, portanto, a necessidade de ampliar o debate e gerar novos conhecimentos sobre um conjunto de questões relacionadas com os fatores de produção e reprodução das desigualdades e da pobreza no Brasil e seus reflexos para a educação.

Ao mesmo tempo que pesquisas revelam os graves impactos da pandemia da Covid-19 para a população pobre, que em sua maioria utiliza o sistema público de ensino, torna-se imprescindível refletir sobre os desafios enfrentados por este sistema educacional para garantir a oferta de ensino remoto na pandemia. Nessa direção, os desafios da oferta do ensino emergencial no território brasileiro serão abordados na próxima sessão.



## **A oferta de ensino em contexto pandêmico no território brasileiro: das barreiras tecnológicas e territoriais à busca ativa dos invisibilizados**

A União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – Undime, com o intuito de identificar a situação do sistema de ensino municipal, diante do desafio de garantir a oferta de ensino aos estudantes, durante o fechamento das escolas em virtude da pandemia do Coronavírus em 2020, desenvolveu uma pesquisa dividida em três etapas. A primeira etapa da pesquisa envolveu a “Escuta estruturada das Secretarias sobre a situação atual”, a segunda etapa tratou da “Oferta de modelos de Aula Remota e ferramentas de apoio à decisão” e a terceira etapa voltou-se para o “Apoio à implementação de estratégias de aulas remotas nas redes de ensino”.

Segundo a Undime (2020), a primeira etapa da pesquisa ocorreu no período de 24 a 26 de março de 2020, e contou com a participação de 3.032 Secretarias de Educação. Desse total, 3.011 são Secretarias Municipais de Educação e 21 são Secretarias Estaduais de Educação.

Com o propósito de identificar o estágio de planejamento em que as secretarias se encontravam em relação as suas estratégias de aprendizagem remota, a pesquisa revelou que 54% das secretarias municipais e 15% das estaduais tinham apenas uma ideia sobre as referidas estratégias; 36% das secretarias municipais e 45% das secretarias estaduais estavam planejando tais estratégias; e 10% das secretarias municipais e 40% das secretarias estaduais estavam com o processo estruturado. (UNDIME, 2020)

O baixo percentual acima revelado de secretarias estaduais e municipais que estavam com as suas estratégias de aprendizagem remota estruturadas pode estar vinculado ao fato de o Ministério da Educação não ter planejado diretrizes para o ensino remoto, ficando a cargo dos governos estaduais e das secretarias de educação a definição de suas próprias estratégias, situação que postergou o início das aulas remotas nas escolas públicas brasileiras em 2020. Segundo Prates e Guichenev (2020), a omissão do governo federal para com a educação nacional na pandemia provocou uma catástrofe, uma vez que:

Mais de 8 milhões de crianças entre 6 e 14 anos ficaram sem atividades escolares para fazer em casa;

30% dos estudantes mais pobres ficaram sem atividades escolares em julho. Entre os mais ricos, foram menos de 4%;

[...]

Com a omissão do Estado no acompanhamento das famílias mais pobres, a diferença de atividades realizadas em casa, entre pobres e ricos, pode chegar a 224 horas, o equivalente a 50 dias letivos;

A desigualdade da proficiência em português, entre estudantes de classes baixas e altas, pode dobrar no período. Para matemática, o crescimento da desigualdade pode ser de 70% (PRATES E GUICHENEV, 2020, n.p.).

É difícil imaginar uma ação política que não esteja associada a interesses. Portanto, o modo como o direito a educação tem sido negado ao povo brasileiro pelo atual governo nos faz refletir sobre o que pensa Telles (2006):

Se é verdade que a garantia formal dos direitos não significa sempre e necessariamente um reconhecimento público da legitimidade das razões e vontades, interesses e demandas de indivíduos ou grupos sociais, também é preciso reconhecer que os critérios publicamente estabelecidos de reconhecimento e legitimidade contêm, em si mesmos, um princípio de discriminação que constrói a figura daqueles que,

em função de sua condição de classe, de gênero ou idade, de origem ou de raça, são como que descredenciados como sujeitos reconhecíveis e reconhecidos no espaço público. Trata-se daqueles que vivem sua condição como diferença que os exclui da dimensão pública da vida social (TELLES, 2006, p. 72)

A sociedade brasileira vivencia um grande paradoxo. De uma parte, a Constituição de 1988 possibilitou a extensão dos direitos sociais, especialmente nas áreas de educação, seguridade social e saúde e, de outra, as frequentes crises econômicas e o desmonte da estrutura de gestão pública favorecem e acentuam as desigualdades sociais.

Retornando a análise da pesquisa da Undime (2020), observa-se que a segunda fase da pesquisa, realizada entre 27 de abril e 04 de maio de 2020, objetivou identificar os desafios das Secretarias Municipais de Educação na oferta de atividades educacionais não presenciais. Nesta fase, 3.978 (71%) redes municipais de ensino participaram da pesquisa. E ao indagar sobre o perfil das famílias dos alunos e se estas famílias estão preparadas para o ensino remoto, a pesquisa revelou que: 83% dos alunos das redes públicas do Brasil vivem em famílias vulneráveis (que recebem até 1 salário mínimo per capita). Esse dado confirma que a maioria das famílias dos estudantes das escolas públicas estará vulnerável durante a crise gerada pela pandemia da Covid-19.

Por seu turno, a pesquisa aponta os principais desafios indicados pelas Secretarias Municipais de Educação para implementar as estratégias de aprendizagem de forma remota, a saber: 1. *Adoção de ensino remoto*: somente 60% das redes municipais tinham adotado o ensino remoto e a maioria estava utilizando materiais impressos como parte das estratégias de ensino, seguido por videoaulas e conteúdos digitais. Vale indicar que os municípios com menor volume de matrículas e menor estrutura tendem a não ter ainda planos de ensino remoto; 2. *Contexto familiar dos estudantes para a adoção do ensino remoto*: o nível socioeconômico dos alunos é considerado abaixo da média do seu estado em metade das redes municipais que ainda não tinham planos de ensino remoto; 3. *Implantação do ensino remoto*: ainda havia indefinições legais e os professores tinham dificuldades em lidar com as tecnologias; 4. *Definições sobre o ensino remoto*: 40% das redes municipais ainda não tinham definições sobre o ensino remoto e 90% dessas redes eram de cidades pequenas. 5. *Acesso à internet*: 79% das famílias tinham acesso à internet, mas apenas 46% tinham computador em casa. Os dados indicam que a maioria dos alunos poderia acessar os conteúdos on-line, porém metade deles apenas pelo celular, limitando as possibilidades de acesso ao ensino remoto.

Os desafios acima elencados revelam uma realidade preocupante do sistema educacional brasileiro, particularmente em relação a acentuada variação de acesso ao ensino em termos territoriais, de níveis diferenciais de renda das famílias, bem como das limitações de acesso dos estudantes ao ensino remoto. Percebe-se uma superposição de problemas decorrentes da pandemia da Covid-19 com os problemas estruturais de pobreza no país.

Neri e Osorio (2021) corroboram com as reflexões aqui empreendidas ao apresentarem as seguintes conclusões: “[...] os mais pobres, os alunos da rede pública, aqueles em lugares mais remotos e os mais jovens foram os que mais perderam na pandemia, enquanto os adolescentes, de maior renda, os alunos da rede privada em lugares mais conectados digitalmente não perderam tanto.” (NERI; OSORIO, 2021, p. 43). E esta realidade parece fazer parte da história de vida de muitos estudantes latino-americanos, pois conforme estudo da CEPAL (2021):

Los estudiantes de los países y hogares con menos acceso a las tecnologías digitales sufrirán un mayor impacto en términos educativos. Pese a los avances realizados en el último decenio, una gran proporción de estudiantes cuenta con acceso deficitario al mundo virtual desde el hogar y con pocas o nulas habilidades para aprovechar este recurso. A esto se suman las brechas en las capacidades de los docentes y tutores para apoyar la adaptación y facilitar la continuidad de los procesos de aprendizaje por medio de estas plataformas (CEPAL, 2021,

p. 24).

No que concerne aos conhecimentos e atuação dos professores brasileiros para acompanhar a adaptação e facilitar o processo de aprendizagem dos alunos por meio das tecnologias digitais, os resultados do estudo desenvolvido por Neri e Osório (2021) coadunam com o entendimento empreendido no estudo da CEPAL em relação aos professores latino-americanos, a saber:

[...] 83% dos professores entrevistados se sentiam nada ou pouco preparados para o ensino remoto, sendo que 88% dos professores disseram que nunca tinham dado aula remota antes da pandemia, mesmo sendo um grupo bastante conectado ao mundo digital: 99% dos professores declararam possuir celular para trabalhar e 90% tinham notebook. Ademais, 61% dos professores afirmaram estar em contato com alunos à época, sendo que 83% realizaram contato via WhatsApp e apenas 34% via AVAs (Ambientes Virtuais de Aprendizagem) (NERI; OSÓRIO, 2021, p. 46).

Por conseguinte, sobre como as redes municipais de ensino prepararam as escolas para o ano letivo de 2021, a terceira fase da pesquisa da Undime (2021) revelou que quase metade das redes municipais respondentes ofereceu formações relacionadas a Covid-19 em 2020. As formações para os profissionais da educação focaram em temas diversos, especialmente os temas sobre a segurança sanitária e as tecnologias para a educação não presencial. Observou-se que os temas de acolhimento e das competências socioemocionais também foram prioritários.

A pesquisa da Undime (2021) identificou que a grande maioria das redes já havia concluído ou estava em processo de discussão dos protocolos de segurança sanitária para retorno às aulas presenciais. Além disso, 70,4% das redes respondentes estavam discutindo os protocolos pedagógicos para volta às aulas presenciais.

A quinta e última fase da pesquisa da Undime (2021), realizada entre os dias 15 de junho e 09 de julho de 2021, buscou identificar, entre outros aspectos, os principais desafios para o ano letivo de 2021. É interessante ressaltar que ao abordar as dificuldades para lidar com o atual cenário de pandemia, os resultados das pesquisas da Undime (2020, 2021) têm reiteradamente indicado a conectividade de estudantes como uma das maiores dificuldades. E com a possibilidade de retorno às aulas em 2021, a infraestrutura escolar passou a ser apontada também como uma das maiores dificuldades enfrentadas pelas secretarias municipais de educação.

Por seu turno, esta última fase da pesquisa da Undime (2021) indicou a Busca Ativa Escolar como a estratégia escolhida por mais de 70% das Secretarias Municipais de Educação para identificar os estudantes que não têm acompanhado as atividades.

Diante do exposto, supõe-se que as Secretarias Municipais de Educação pesquisadas estejam engajadas no projeto Busca Ativa Escolar, que é uma iniciativa do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) que objetiva apoiar os municípios a combater a exclusão escolar. Ressalta-se ainda que o Unicef desenvolve a estratégia Busca Ativa Escolar no Brasil em parceria com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), o Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas) e o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems).

Segundo informações contidas no site da Busca Ativa Escolar do Unicef (2022), esta estratégia:

[...] é composta por uma metodologia social e uma ferramenta tecnológica disponibilizada gratuitamente para estados e municípios a fim de apoiá-los no enfrentamento da exclusão escolar, no fortalecimento da intersetorialidade entre as políticas e os serviços públicos, na promoção da atuação comunitária e familiar, bem como no fomento ao regime de

colaboração entre os entes federados. Até julho de 2020, mais de 3.160 municípios e 16 estados haviam aderido à estratégia, os quais estão atualmente em diferentes estágios de implementação. Mais de 100 mil crianças e adolescentes estão sendo acompanhados pela Busca Ativa Escolar, e desses, mais de 60 mil já foram (re)matriculados. Os demais estão em processo de retorno à escola (dados extraídos da plataforma Busca Ativa Escolar em 7/7/2020). Além de acompanhados pela educação, estão sendo atendidos pelos serviços de assistência social, saúde, proteção, entre outros. Mesmo com a pandemia de covid-19, esse acompanhamento, registrado na plataforma, mostra que o trabalho não parou, o que evidencia o potencial da Busca Ativa Escolar nos contextos de emergências. (UNICEF, 2022, n.p.)

Os técnicos das secretarias estaduais e municipais de educação, e particularmente os profissionais que atuam nas escolas, passam a enfrentar um novo desafio diante da crise sanitária atual. Além dos fatores concernentes a baixa qualidade do ensino e as enormes desigualdades nas aprendizagens de crianças e adolescentes, estes profissionais presenciam o aumento do risco de abandono escolar dos estudantes em situação de maior vulnerabilidade, pois a interrupção das aulas presenciais reduziu as motivações dos estudantes e de suas famílias, realidade que se somou ao aumento das dificuldades econômicas resultantes do avanço da pandemia da Covid-19 no país.

A escola brasileira há de encarar novos desafios, que se tornarão mais complexos nos próximos anos. Se convivia-se com a dificuldade de aprendizagem escolar antes da pandemia do coronavírus, é primordial se ter uma preparação para as consequências educacionais provenientes do ensino remoto emergencial pós-pandemia.

## Considerações Finais

Sem a pretensão de abordar a totalidade do debate sobre os impactos da pandemia da Covid-19 para a política educacional brasileira, tenciona-se contribuir com as reflexões em torno dos desafios que gestores, professores e demais profissionais da educação estão enfrentando para atenuar as barreiras de acesso dos estudantes ao ensino remoto emergencial, repensar a dinâmica da construção do conhecimento escolar e combater a evasão escolar de crianças e adolescentes provenientes em sua maioria de famílias em situação de risco e vulnerabilidade social.

É previsível que os avanços educacionais vivenciados no Brasil sofrerão severos impactos decorrentes da pandemia. Também é perceptível que as políticas educacionais continuarão contribuindo para a reprodução das desigualdades, caso não sejam implementadas estratégias eficazes na histórica problemática da formação escolar irregular no país.

E quais seriam os desafios enfrentados pela escola diante de um contexto tão adverso como o vivenciado na atualidade no Brasil? Charlot (2013) apresenta uma relevante contribuição para o enfrentamento do atual contexto. Para o autor, a escola enfrenta quatro desafios: 1. O desafio advindo da democratização escolar. Sobre este aspecto, o autor destaca a importância de os alunos compreenderem sua relação com o saber, pois: “[...] há cada vez mais alunos que vão à escola apenas para ‘passar de ano’, sem encontrar nela sentido nem prazer. [...]” (CHARLOT, 2013, p. 59); 2. O desafio de compreender os sentidos das palavras qualidade e eficácia no ambiente escolar. A ambiguidade destas palavras pode favorecer tanto a competitividade e o interesse exclusivo na aquisição de um diploma quanto o desenvolvimento de “[...] um projeto de verdadeira formação para todos. [...]” (Idem); 3. O desafio que a escola pública enfrenta quando a educação passa a ser considerada uma mercadoria em um mercado neoliberal e globalizado, “[...] no qual prevalece a lei da oferta, da demanda e da concorrência. [...]” (Ibidem); 4. O desafio da “[...] interdependência crescente entre homens, gerada pela globalização, e, ainda mais, o ideal de solidarização entre os seres humanos e entre estes e o planeta [...]” (Idem, p. 60), que requerem uma educação que respeita as diferenças, empreendendo a ideia de solidariedade da espécie humana e desta com o planeta.

Para finalizar, evidencia-se que é imprescindível uma atuação ampla, ordenada e qualificada do Estado brasileiro, em parceria com as organizações da sociedade civil, diante dos problemas e das dificuldades vivenciadas pelos estudantes, que abrangem desde a ansiedade e a falta de acesso a equipamentos digitais e conexão de qualidade, até a incapacidade de prover a própria subsistência ou de conciliar os estudos com trabalhos precários e domésticos, passando por prejuízos, sofrimentos e perdas que afetam significativamente sua saúde física e mental.

## Referências

AMARAL, E.; POLYDORO, S. Os desafios da mudança para o ensino remoto emergencial na graduação na Unicamp – Brasil. **Linha Mestra**, n. 41A, p 52-62. **Disponibilidade em:** [HTTPS://DOI.ORG/10.34112/1980-9026A2020N41AP52-62](https://doi.org/10.34112/1980-9026A2020N41AP52-62), set. 2020. Acesso em: 10 de jul. de 2021.

CATTANI, A. D. Riqueza substantiva e relacional: um enfoque diferenciado para a análise das desigualdades na América Latina. In: CIMADAMORE, A. D.; CATTANI, A. D. (Orgs.). **Produção de pobreza e desigualdade na América Latina**. Porto Alegre : Tomo Editorial/Clacso, 2007. p. 211-238.

CAVAIGNAC, M. D.; SOUSA, R. de B. Tendências do capital e configurações da questão social na contemporaneidade. In: MACÁRIO, E. et al. (Orgs.). **Neodesenvolvimentismo, trabalho e questão social**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016. p. 157-178.

CEPAL - Comisión Económica para América Latina y el Caribe. **Panorama Social de América Latina, 2020** (LC/PUB.2021/2-P/Rev.1), Santiago, 2021.

CHARLOT, B. **Da relação com o saber às práticas educativas**. São Paulo: Cortez, 2013.

COSTA, A. G.; VIDAL, E. M.; VIEIRA, S. L. Avaliação em larga escala no Brasil: entre a coordenação federativa e o ethos do Estado-avaliador. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 57, n. 51, p. 1-29, e-15806, jan./mar. 2019.

DÍAZ, L. M. Instituições do Estado e produção e reprodução da desigualdade na América Latina. In: CIMADAMORE, A. D.; CATTANI, A. D. (Orgs.). **Produção de pobreza e desigualdade na América Latina**. Porto Alegre : Tomo Editorial/Clacso, 2007. p. 125-150.

ENGUITA, M. F. **Trabalho, escola e ideologia: Marx e a crítica da educação**. Porto Alegre : Artes Médicas Sul, 1993.

GRAGNANI, J. Por que o coronavírus mata mais as pessoas negras e pobres no Brasil e no mundo. **BBC News Brasil em Londres**. 12 julho 2020. Disponível em: Por que o coronavírus mata mais as pessoas negras e pobres no Brasil e no mundo - BBC News Brasil Acesso em: 22 jan. 2022.

MADEIRA, M. Z. de A.; MEDEIROS, R. B. de. Racismo estrutural e desafios dos movimentos sociais negros na contemporaneidade. In: MACÁRIO, E. et al. (Orgs.). **Dimensões da crise brasileira: dependência, trabalho e fundo público**. 1. ed., Fortaleza: EdUECE, Bauru: Canal 6, 2018. p. 215-234.

NASCIMENTO, P. M. *et al.* Acesso domiciliar à internet e ensino remoto durante a pandemia. Brasília: **Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, 2020. 16 p. **Disponibilidade em:** <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10228>. Acesso em: 23 dez. 2020.

NERI, M.; OSORIO, M. C. Evasão Escolar e jornada remota na Pandemia. **Revista NECAT** – Ano 10, Florianópolis, nº 19, Jan-Jun/2021. p. 27-54. **Disponibilidade em:** <https://revistanecat.ufsc.br/index.php/revistanecat/article/view/4848#:~:text=Sem%20diretrizes%20para%20o%20ensino,de%20Pesquisa%20Solid%C3%A1ria%2C%20Agosto%202020>. Acesso em: 23 jan. 2022.



OXFAM. A Desigualdade Mata - A incomparável ação necessária para combater a desigualdade sem precedentes decorrente da Covid-19. **Relatório**. Janeiro de 2022. **Disponibilidade** em: [https://www.forumat.net.br/at/sites/default/files/arq-paginas/Oxfam\\_DesigualdadeMata\\_2022.pdf](https://www.forumat.net.br/at/sites/default/files/arq-paginas/Oxfam_DesigualdadeMata_2022.pdf) Acesso em: 04 fev. 2022.

PRATES, I.; GUICHENEY, H. Sem diretrizes para o ensino remoto e a volta às aulas, governo Federal repete na educação a tragédia da saúde. Milhões de crianças ficaram em casa sem atividades escolares e os mais pobres perderam até 50 dias letivos de aula. **Boletim nº 22**, Rede de Pesquisa Solidária, Agosto de 2020.

SCHWARCZ, L. M. **Sobre o Autoritarismo Brasileiro**. São Paulo, Companhia das Letras, 2019.

TELLES, V. da S. **Direitos sociais**: afinal do que se trata? Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

UNDIME - União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação. **Planejamento das Secretarias de Educação do Brasil para o ensino remoto**. União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) 2020. **Disponibilidade** em: [https://undime.org.br/uploads/documentos/phpU3DEkx\\_615254f691d09.pdf](https://undime.org.br/uploads/documentos/phpU3DEkx_615254f691d09.pdf) Acesso em: 03 jan. 2022.

UNDIME - União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação. **Desafios das Secretarias Municipais de Educação na oferta de atividades educacionais não presenciais**. União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) 2020. **Disponibilidade** em: [https://undime.org.br/uploads/documentos/php27cdvH\\_615255051342a.pdf](https://undime.org.br/uploads/documentos/php27cdvH_615255051342a.pdf) Acesso em: 03 jan. 2022.

UNDIME - União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação. **Ações das Secretarias Municipais de Educação durante a pandemia de covid-19**. União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) 2020. **Disponibilidade** em: [https://undime.org.br/uploads/documentos/phplhMfo6\\_61525514e31e0.pdf](https://undime.org.br/uploads/documentos/phplhMfo6_61525514e31e0.pdf) Acesso em: 03 jan. 2022.

UNDIME - União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação. **Pesquisa Undime sobre Volta às Aulas**. União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) 2021. **Disponibilidade** em: [http://undime.org.br/uploads/documentos/phpb9nCNP\\_6048f0cf083f8.pdf](http://undime.org.br/uploads/documentos/phpb9nCNP_6048f0cf083f8.pdf) Acesso em: 03 jan. 2022.

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância. **Guia Busca Ativa Escolar em crises e emergências**. Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). **Disponibilidade** em: <https://buscaativaescolar.org.br/criseseemergencias/> Acesso em: 03 jan. 2022.

Recebido em 29 de janeiro de 2022.

Aceito em 14 de março de 2022.